

### **3 Repercussões**

Entende-se aqui, por repercussão, a reação - através de notícias, opiniões, comentários, atos, declarações etc - registrada principalmente a partir do momento em que a aprovação do plebiscito para Carajás e Tapajós tornou-se notícia, no início de maio de 2011. Outras manifestações, por ocasião de notícias semelhantes divulgadas em anos anteriores, também foram consideradas. O propósito desses registros, além de apresentar o problema em sua complexidade, é dar uma ideia da importância da questão territorial frente à percepção da sociedade.

A metodologia de coleta priorizou a Rede Mundial. Iniciando a busca por palavras-chave do tipo *divisão territorial, novos estados, estado de Carajás*, acessaram-se sites de jornais e blogs diversos, e, por meio de *links* neles contidos, outros endereços, e assim por diante. Mesmo alguns títulos ou nomes da literatura foram obtidos pela mesma sistemática de busca. Não foram utilizados, porém, o popular Youtube nem o Twitter.

O primeiro bloco reúne as manifestações dos leitores postadas nos espaços reservados, ao final das matérias jornalísticas (noticiosas ou opinativas), aos comentários. O segundo contém opiniões emitidas em condições mais favoráveis em termos de espaço de mídia e tempo de elaboração, incluindo-se aqui os veículos da imprensa tradicional, e o terceiro bloco traz alguns discursos parlamentares.

#### **Reações de leitores**

Pela quantidade de notícias, comentários, referências ou opiniões postadas na Rede Mundial, conclui-se que os brasileiros têm acompanhado com significativo interesse o

desenrolar dos fatos relativos à criação de Carajás e Tapajós. Em geral os temas referentes aos territórios despertam a atenção das pessoas, e invariavelmente provocam reações apaixonadas, principalmente se o fato noticiado der conta de alterações toponímicas, limítrofes, ou de categoria hierárquica. A criação de novos entes, por conta da compulsória ruptura que se dá no território ou territórios de origem, provoca ainda mais o interesse dos cidadãos, levando-os a romper a inibição e participar dos debates que acabam se formando nas seções que acolhem comentários.

Tais reações se explicam, conforme se mostrará adiante, pela dimensão *posse* que se atrela ao território constituído. Além da posse, no sentido de poder, exercida pelo aparato governamental, o cidadão sente-se *dono* do seu bairro, da sua cidade, do seu estado. E, ao mesmo tempo, tem consciência de *pertencer* ao seu lugar. Portanto, bulir com o território é bulir com o cidadão que ali vive ou que ali nasceu.

A busca na Internet retorna um vasto noticiário sobre divisão territorial do Brasil nos últimos anos. Em grande parte, *blogs* e noticiários replicam as matérias, mas é interessante verificar que em muitos *sites*, principalmente de veículos jornalísticos mais convencionais, os espaços abertos a comentários atulham-se de manifestações de todo tipo, quase sempre marcadas pelo emocional, pela opinião visivelmente impulsiva. Uma pesquisa mais apurada sobre esses espaços de comunicação certamente revelaria uma série de informações sobre nossa população, de que bem se apropriariam sociólogos, psicólogos, pedagogos, antropólogos, entre outros acadêmicos ou profissionais. Uma observação mais rápida, no entanto, é suficiente para se perceber que, apesar da apatia generalizada em termos de uma efetiva participação política, os brasileiros surpreendem com certas manifestações ponderadas, abrangentes e pertinentes.

Um apanhado dessas manifestações, relativas não somente aos novos estados paraenses, mas também a outras notícias de semelhante teor, publicadas neste e nos anos anteriores, pode dar uma ideia do quanto a questão territorial é importante na percepção das pessoas:

"Alguma coisa deve ser feita: ou cria o Estado do Planalto ou anexa ao DF. O Entorno é a área de lazer do DF quase todos no DF tem uma chácara ou fazenda no entorno onde passam o fim de semana, e todos os alimentos vêm de lá, inclusive a água. Antes que destrua, melhor tomar conta." Gilmar (05/09/09) - [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)

"Eu digo não à criação do Estado denominado Planalto Central [...] a criação de mais estados não ajudam em nada. O governo faz quando ele quer, não importa o tamanho do estado. [...]" Willian (05/09/09) - [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)

"Há muito defendo isto. Menos espaço para se administrar, facilita os cuidados que o Estado deve ter com seus cidadãos. Exemplos: Mato Grosso do Sul e Tocantins. É preciso que se desmembre Bahia e Minas também, pois são muito grandes. Os estados americanos do norte e na Europa são pequenos. Coisas pequenas são mais fáceis de serem cuidadas." Luiz Carlos (18/04/10) - [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

"De novo a mesma história... Dividir para reinar. Mais cargos, mais deputados, mais senadores, mais verbas, tudo isso com a mesma receita. Mais corrupção. Tá certo que haveria uma proximidade maior do poder estadual dos seus cidadãos, mas acho que isso não compensa o grande volume de gastos que teremos. Eu diria que MS, GO, MT e TO estão se desenvolvendo APESAR da divisão territorial, e não GRAÇAS a ela. É pela ação de pessoas empreendedoras que migraram de outros estados brasileiros (principalmente sul do Brasil) e expandiram a fronteira agrícola brasileira. A divisão territorial não tem nada a ver com isso." João (18/04/10) - [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

"[...] O nobre amigo paulista, brasileiro como eu aqui da Amazônia - diga-se, com orgulho altaneiro, graças a Deus! - não foi feliz no seu comentário, talvez só ouça as chamadas de telejornais massificadores e se acha 'informado', aprofundado em causas sociais e políticas. [...] Aviso ao navegante: não sou político e nem funcionário público. Emanuel [...] Região Carajás Amazônia - Brasil." Emanuel (24/04/10) - [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

"Brincadeira isso. E com o nosso dinheiro. Municípios com 5 mil habitantes, sem produzir nada, dependendo da União, e ainda com Prefeitura e Câmara Legislativa para gastarem sem controle algum. Isso é Brasil." Arnaldo (13/03/11) - [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)

"Improdutivo. Alguns [municípios] precisam ser agregados a outros. O que precisa é a divisão de alguns estados como Pará e Piauí, por exemplo, que são muito grandes, deixando várias regiões em total abandono." Dulcileide (13/03/11) - [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)

"A necessidade de divisão deste imenso estado é notória. Dentro e fora de nossas casas podemos ver e sentir as dificuldades reais do dia-a-dia do paraense, desde coisas simples mas vitais, nós aqui deste lado do mundo somos carentes... com dois grandes rios cortando a cidade até água falta nas torneiras da população...[...]" Sandra (11/05/11) - [www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br)

"Espero sinceramente que a população paraense não seja ingênua para acreditar na balela de que a divisão trará algum benefício para nós. Só vai gerar mais bandidos no senado e o descaso vai continuar de forma ainda mais crítica. DIGA NÃO!" André (11/05/11) - [www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br)

"Minha opinião é a favor da divisão, não vamos deixar de ser brasileiros. Vamos deixar de ser tolos a ponto de pensar que só vai ter mais políticos, quem vota nos políticos somos nós, basta votar corretamente. Sou tocantinense e o Tocantins era um corredor da miséria goiana. Veja agora: temos mais empregos, 4 faculdades de medicina, 3 de odontologia, 6 de engenharia, 98% dos alunos na escola [...]" Aldemar (12/05/11) - [www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br)

"Favorável. [...] E a divisão para unidades de tamanho médio vai favorecer a todos (inclusive o Pará), pois a administração fica mais viável. [...] Por outro lado estados muito pequenos podem ser unificados (Sergipe/Alagoas). [...] Somos todos brasileiros e o estado é apenas a unidade onde vivemos e temos de ter uma boa organização nessa unidade para que vivamos melhor. {...}" Lucas (12/05/11) - [www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br) e <http://diariodopara.diarioonline.com.br>

"Sou de Belterra-PA, mas moro em Palmas-TO, o estado mais novo do Brasil. Com certeza não seremos mais o caçula. Pois acredito na criação do estado de Carajás assim como no de Tapajós. [...]" Ricardo (12/05/11) - [www.ctonline.com.br](http://www.ctonline.com.br)

"Bom prá quem a divisão? Para os paraenses ou para os políticos daquela região, ou ainda, as grandes exploradoras de minério? [...] Eldorado dos Carajás, já circularam milhões por ali, e olha como a cidade está atualmente! Só miséria, pobreza e políticos corruptos apoiados em capangas pistoleiros..." Rafaela (12/05/11) - [www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br)

"1 - Os paraenses que são contra a divisão estão todos em Belém. 2 - O fato do Sudeste do Pará ter sido fortemente colonizado por brasileiros de outros estados não invalida o direito destes colonizadores buscarem a separação. [...] 3 - Se o governo do Pará realizasse investimentos proporcionais à taxação na região, certamente não haveria desejo de separação. [...] 5 - Quem não conhece a realidade local precisa conhecer antes de opinar." Rodrigo (12/05/11) - [www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br)

"Finalmente, depois de tanta luta, a esperança da liberdade acende mais uma vez. Infelizmente ainda existem muitos contra a divisão do Estado, com certeza pessoas que nunca conheceram [...] a realidade da parte esquecida deste gigante amazônico [...]. A maioria da população daqui não tem vínculo com o Pará, buscando o que precisa na região Centro-Oeste do Brasil." Daniel (12/05/11) - [www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br)

"Criar estados na Região Norte é nacionalizar a Amazônia. Criar estados não gera prejuízo ao Brasil, pelo contrário, vai gerar investimento e crescimento. É preciso parar de olhar para o egoísmo e pensar grande, pensar a nível de Brasil." Luiz (13/05/11) - <http://diariodopara.diarioonline.com.br>

Para a grande maioria da população brasileira, convém lembrar, o assunto seguramente passou ao largo de maiores atenções. Poucos se lembram quantos e quais são os Estados, onde ficam. Seu viver cotidiano reporta-se a uma porção relativamente reduzida do espaço nacional - o bairro, a cidade e a cidade maior no contexto microrregional. Vale lembrar também que a maioria dos brasileiros reside na porção atlântica, justificando-se, portanto, a generalizada apatia, já que os projetos mais recorrentes de emancipação localizam-se na faixa Oeste, no *front* do nosso avanço territorial; são fatos que ocorrem *lá longe*, que não afetariam a vida local.

Também é fato que muito poucas pessoas se manifestam através de veículos públicos. Ao tomar contato com notícias relativas à criação de estados ou municípios, mesmo que o assunto venha a despertar interesse, a grande maioria limita-se a manifestar apoio ou rejeição no âmbito privado. O acesso à Internet, além de restringir-se, na prática, à parcela mais jovem da população, não é majoritário como a televisão. E, ainda que fosse, há a compreensível inibição, que, em grande parte dos casos, tolheria a iniciativa de postar um comentário.

Todos esses atenuantes devem ser considerados, mas não deixam de ter certo valor as manifestações que povoam a Rede criticando, desdenhando, apoiando, condenando, elogiando, ou ainda sugerindo, comparando, ponderando, exclamando. Foram recolhidas e selecionadas de forma que a máxima diversidade estivesse representada.

### Opiniões profissionais ou corporativas

Ainda no âmbito da Internet, é importante registrar as opiniões expostas em espaços privilegiados de *blogs* focados na questão emancipacionista ou em *sites* de noticiosos convencionais. Alocados principalmente em Santarém, Itaituba, Marabá, Belém, Palmas (TO) ou Brasília (DF), esses endereços apresentam-se como atores de relativo peso no debate que se instaurou em todo o país. Colheu-se um volume significativo de matérias e opiniões, em grande parte favoráveis em relação aos dois novos estados, como se vê nos parágrafos seguintes.

"Reduzido a praticamente os municípios que hoje compõem as mesorregiões Metropolitana de Belém e Nordeste, o Pará teria mais condições de continuar a manter bons níveis de crescimento econômico que as novas unidades federativas que resultariam de sua divisão. [...] De uma maneira geral, o que os dados econômicos apontam é que a divisão não é, necessariamente, a melhor maneira de desenvolver as economias das regiões paraenses. Tudo vai depender, como depende hoje, de políticas públicas destinadas a promover este desenvolvimento." (ROMERO, O Liberal)

Apesar da matéria (trecho acima) assinada por Simone Romero em 11/03/2007 - "Pará perderia com divisão menos do que se imagina", com subtítulo "Separatismo - Estado também terá ganhos se a proposta de divisão for aprovada" - texto de conotação moderadamente favorável à causa emancipacionista, em 25/04/2010 o veterano jornal O Liberal, de Belém, declarou-se em posição contrária.

Na introdução da entrevista intitulada "Divisão disseminará o caos no Pará", com o economista Afonso Chermont (presidente da Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará - Socipe), explica-se que "a partir de hoje, O LIBERAL começa a publicar uma série de entrevistas que reforça a campanha liderada pelas Organizações Romulo Maiorana (ORM) e Associação Comercial do Pará (ACP) contra a divisão do Pará, retalhamento que resultaria na criação dos Estados do Tapajós e de Carajás". Ao longo da matéria, o entrevistado recorre à comparação com o vizinho Amazonas, que "em dez anos [...] conseguiu um Produto Interno Bruto (PIB) praticamente igual ao nosso", sendo que "antes, não passava da metade quase, e eles superaram isso unindo políticos, governantes e toda a sociedade em uma política de desenvolvimento bastante efetiva e ainda respeitosa para com o meio ambiente". E, recorrendo a "um raciocínio simples", explica: "imagine o que é dividir uma família, um divórcio, por exemplo. Os bens não são divisíveis e se tentasse vendê-los uma parte sairia perdendo ou todas as partes seriam prejudicadas. Pensemos no caso de uma empresa: a divisão em duas ou mais partes significaria prejuízo para todos."

O concorrente Diário do Pará, apesar da matéria "Separação do Pará pode gerar economias frágeis", postada em 15/05/2011, não parece tão radicalmente contra a divisão. Após discorrer sobre a movimentação atual das organizações empresariais sediadas na capital em relação ao movimento de divisão do Estado, sobre a precariedade financeira dos municípios do Pará restante, comparar os PIB municipais das três partes, analisar o problema da taxa sobre a energia elétrica, entre outras alegações pertinentes, o texto convida à reflexão:

"Diante de tudo, fica no ar a pergunta. Em vez de apostar todas as fichas na divisão, não seria mais conveniente a união de forças para defender os interesses legítimos do Estado e de sua população? Se o Pará, ainda conservando sua integridade física, não consegue 'domesticar' a lei para fazer de suas riquezas um instrumento gerador de benefícios para a população, conseguirão os novos Estados operar esse sortilégio? Ou, o que é assustador, verão se aprofundar o paradoxo que hoje já nos aflige - de sermos um Estado imensamente rico com uma população desesperadoramente pobre? Esta é a dúvida que hoje inquieta as cabeças pensantes em todas as regiões do Pará - inclusive naquelas onde é mais forte o sentimento separatista."

Aberto o espaço para aos comentários, o leitor Gutemberg rebateu:

"Quem conhece o Pará em sua extremidade sabe... A população do Tapajós e Carajás vai aprovar a divisão do Estado. O motivo é mui simples... A maioria dos governantes do Pará nunca descentralizou as políticas públicas sociais no Estado.... Resultado: Toda a riqueza de uma área como Carajás é toda investida em Belém e regiões metropolitanas, deixando assim o resto do Pará à míngua. Mesmo com toda dificuldade que os novos Estados terão, ainda assim será melhor para nós que vivemos no interior."

Na mesma edição, outra matéria aborda a questão separatista: "Divisão do Pará: e o futebol, como fica?". Focando a estrutura atual dos clubes do Estado, o tom geral do texto parece considerar a divisão como certa. A própria abordagem, que *desce* para o cotidiano pós-divisão, leva à suposição que o Diário do Pará estaria, no mínimo, em posição neutra em relação a Carajás e Tapajós. Como transpareceu em 2007, com a publicação da matéria "Querem criar o Estado do Tapajós" - com subtítulo "Criação do Estado do Tapajós será desentrelaxe à economia", em que o economista José de Lima Pereira defende o movimento.

Em Marabá, o jornal Correio do Tocantins, a julgar pela publicação de 14/05/2011 - "Internautas opinam quanto a plebiscito e emancipação" - não aparenta grande entusiasmo com o movimento. O título da matéria, cujo conteúdo narra a boa acolhida dada à recente notícia ali veiculada sobre Carajás, parece pouco apropriado para a empolgação que seria previsível entre leitores de uma cidade que está prestes a se tornar uma capital de Estado.

O *site* <http://estadodocarajas.com.br>, sediado em Brasília (DF), como o próprio nome diz, foca exclusivamente temas relativos à criação de Carajás. No menu *Concepção Geopolítica*, informa que "a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 não se limitou a criar o Estado do Tocantins e concluiu pela necessidade de redivisão da Amazônia e da criação de novos Estados. As sugestões da Comissão de Assuntos Territoriais não foram adotadas até hoje, mas o tema da redivisão do território nacional continua ocupando as atenções de um grande número de parlamentares", e, em *Artigos*, sob o título *Assimetrias Regionais do Brasil*, destaca a obra de Célio Costa "Fundamentos para Criação do Estado de Carajás".

No estudo, Costa propõe "lançar luz sobre a temática da divisão geopolítica do Brasil" e "estabelecer os fundamentos técnicos para a criação de Carajás". Entre os fragmentos postados no site, seguem-se alguns parágrafos, conforme versão final (o livro encontra-se

em finalização) gentilmente cedida pelo autor, que teve importante participação no processo de criação de Tocantins, seu estado.

"Supondo que o território seja um coágulo de relações sociais, administrá-lo tendo em vista sua integração, coerência e equilíbrio é tarefa do Estado, assim como o controle social da economia e a subordinação da dinâmica econômica regional ao propósito da integração nacional. Pois, vistas a fundo, a presença do Estado e a eficácia de sua governança visam assegurar direitos à cidadania, permitindo a inserção regional e o acesso das populações aos benefícios decorrentes do desenvolvimento. E como o Estado representa a sociedade organizada, cabe a este a iniciativa de reverter situações de desequilíbrio regional e não esperar única e exclusivamente que a autorregulação via economia de mercado assim o faça."

"Resultados obtidos nessa pesquisa evidenciam que são desproporcionais, para não dizer extremas, as desigualdades entre os estados brasileiros, ora físicas, ora políticas, sociais ou econômicas; que décadas a fio políticas federais, sobretudo de investimentos fixos, reforçam a infraestrutura dos polos dinâmicos e tendem a ampliar o fosso que separa estados ricos e pobres, populosos e rarefeitos, tornando tênue o liame federativo. Fica evidenciado, também, que o arranjo federativo convive com ameaças potenciais à fraternidade entre unidades subnacionais na medida em que regiões e estados economicamente mais dinâmicos e com maior peso eleitoral tendem a dominar as regras do jogo econômico e político."

"Estimativas de finanças públicas do pretense Estado de Carajás evidenciam que suas receitas próprias serão suficientes para que em uma eventual autonomia político-administrativa possa assumir integralmente o custo de funcionamento de sua máquina de governo. No mesmo passo, reforça o argumento de que a criação desse novo estado não acarretará ônus para a União quanto à sua implantação nem estorvo para o estado cedente. Mas, por certo, virá a constituir uma oportunidade para que o governo federal se faça presente em uma região que clama pela presença do organismo estatal." (COSTA, Célio, 2011)

Em Itaituba, o blog do jornalista Jota Parente - *Notas e comentários das coisas de Itaituba e região* - apresenta-se engajado na campanha pelos novos estados. Uma das matérias ali postadas é justamente o citado artigo de Simone Romero, seguido de comentário em que Parente manifesta admiração, justamente por ter sido publicada em *O Liberal*, "jornal historicamente contra a redivisão territorial do Pará", e assim finaliza: "acho que nós todos, que lutamos pela emancipação política do oeste/sudoeste e do sul do Estado, estamos no caminho certo. É inevitável que essas unidades federativas sejam criadas, mais cedo ou mais tarde. Melhor que seja mais cedo."

Provavelmente na mesma cidade, o blog FatoITB ("Revelando os bastidores do poder em Itaituba para o mundo!"), apócrifo mas aparentemente bastante acessado, destacou, em

11/05/2011, a reação causada pela matéria de colunista da revista *Veja*, publicada "em sua página" dias atrás. Sob o título "Setti é criticado ao citar que criação de novos estados é farra com dinheiro público", o desconhecido editor do blog alinha os principais comentários de leitores que se contrapuseram às "vociferações" do jornalista Ricardo Setti. No dia seguinte, nova matéria focou a emancipação, relatando a reunião "pró-estado do Tapajós" ocorrida na cidade no dia anterior.

A mesma matéria de *Veja* foi destacada - acompanhada de comentários contrários aos argumentos ali apresentados - em outros *blogs* da região, ao mesmo tempo em que, no *blog* em que a polêmica se instaurou - *Veja/Ricardo Setti*, em postagem de 05/05/2011 - o debate continuou. Em sua maioria contrárias aos novos estados - e similares às argumentações do autor - as opiniões enviadas pelos leitores destacaram a crônica corrupção dos nossos governantes, o oportunismo de políticos ou elites que estariam manobrando os votos emancipacionistas ou ainda a sobrerrepresentação política dos estados de menor população (como seria o caso de Tapajós e Carajás) em detrimento dos estados produtivos. Algumas apresentaram desafios, como a de um leitor anônimo, em 12 e 13/05/2011: "se os eleitores da região de Tapajós e Carajás não se sentirem devidamente representados e defendidos, isso não seria devidamente resolvido com a aplicação do voto distrital? Se foram capazes de juntar 500 mil assinaturas para criar um referendo [...] por que não foi feito o mesmo para reivindicar obras de infraestrutura, como o asfalto da BR-163?".

Na defesa apresentada por Caetano Scannavino Filho em 11/05/2011, no espaço "democraticamente" aberto no *blog* por Setti, destacam-se algumas colocações pouco usuais entre os emancipacionistas, como "a discussão sobre a divisão do Pará pode e deve ser nacional", no início do texto. Na sequência, lembra que a região do almejado Tapajós está "entre o 'já desmatado' (leste, sentido Belém) e o 'desmatamento a ser evitado' (extensões florestais a oeste, sentido Manaus)", e que "se formos simplificar a análise da sustentabilidade ao número de habitantes x impostos, então é melhor excluir a Amazônia do mapa". Ao final, reconhece que "de certa forma, São Paulo precisa, sim, pagar a conta da Amazônia hoje" mas justifica: "para a Amazônia sustentar São Paulo amanhã".

Editado em Santarém, o *blog* do engenheiro florestal Renato Kedson tem focado as notícias e questões relativas ao meio ambiente local e seu manejo, mas, em 09/01/2009, também destacou a movimentação separatista ("Estado do Tapajós é inviável, diz IPEA"), em breve matéria citando a Agência Brasil. Entre os poucos comentários recebidos, chama a atenção a apaixonada defesa da indivisibilidade do estado pelo leitor César: "[...] O nosso estado sempre esteve separado das demais federações, até mesmo na bandeira nacional, por que será? O Pará sempre será grande, unido e rico como sempre foi. Nasci em Marabá e me orgulho de [...] pertencer a um estado como o Pará! O Pará é meu país, e de tudo farei para torná-lo independente do resto do Brasil, que sempre nos discriminou por sermos do Norte!"

O *blog* e a edição impressa do semanário *O Estado do Tapajós* ("O jornal que anuncia um novo tempo"), igualmente de Santarém, têm acompanhado com evidente engajamento cada passo do processo que agora discute os detalhes do plebiscito. Acompanhando também com nítida simpatia os desdobramentos do processo, embora postado a partir de Belém, o *blog* do jornalista e professor Manuel Dutra contribui com o debate de forma diferenciada, recorrendo muitas vezes a argumentos de cunho histórico, como no comentário postado em 10/05/2011:

"Alguém me perguntou de onde sairá o dinheiro para a implantação e consolidação dos novos Estados, assim como para o plebiscito Tapajós/Carajás. Como resposta, indaguei quanto custaram ou custam os Estados de São Paulo ou Minas Gerais e acrescentei: uma aspiração legítima de uma população não tem preço monetário. Não podemos transformar em dinheiro um movimento social em busca de autonomia e de realização de sua identidade. Se assim fosse, dom Manuel, rei de Portugal, jamais teria mandado Pedro Álvares Cabral descobrir o Brasil se tivesse feito os cálculos de quanto custariam, em dinheiro, a travessia do Atlântico e a ocupação de tanta terra".

Dutra é autor de "O Pará Dividido - discurso e construção do Estado do Tapajós", livro publicado em 1999, definido por ele como "uma obra que, para alguns defensores da autonomia, é contra a autonomia; e que, para os adversários, é a favor. Uns e outros não leram o que escrevi, com certeza." Sua leitura revela detalhes da história local raramente utilizados no debate sobre a emancipação:

"Na primeira metade do século XIX, a Comarca do Baixo Amazonas tinha o mesmo status jurídico que as comarcas do Grão-Pará e do Alto Amazonas, quando da reforma do Código do Processo Criminal pela Regência, em 1832. Segundo Ferreira Reis, o juiz de Santarém funcionava como verdadeiro

governador do Baixo Amazonas, num momento em que os poderes de um juiz iam além das atividades forenses." (DUTRA, 1999)

Mesmo fora do contexto amazônico, a criação de Carajás e Tapajós, assim como outras matérias sobre revisões territoriais, têm sido republicadas e destacadas em *sites* e *blogs* de todo o país, como os mantidos pelo radialista Carlos Ferreira, de Juiz de Fora (MG), pelo professor João Bosco, de Natal (RN) e pelo estudante de jornalismo Guilherme Sobota ("Mundo"), de Curitiba (PR), acessados durante a pesquisa.

Editado atualmente em Brasília, diferencia-se também o *blog* de Sandro Araújo, administrador e advogado. Claramente favorável à criação dos novos estados, Araújo tem postado textos com opiniões e argumentos tratados com bastante habilidade e densidade, revelando sua crença na capacidade empreendedora que aflora nas regiões com a instalação do auto-governo, contrariando as previsões dos economistas mais ortodoxos. Em 12/05/2011, postou rápida matéria sobre "a guerra da imprensa do Rio e São Paulo contra os novos estados", e, no dia anterior, em texto bastante abrangente e completo, tratou da questão Carajás-Tapajós com rara propriedade, explicando detalhes do processo e rebatendo argumentações equivocadas sobre a representação congressional, entre outros tópicos.

Enfatizando que "talvez seja a hora de mudarmos o discurso: ao criar novos estados, há sim que se falar em custos. Mas o termo correto é investimento", lembra que "os instrumentos atuais para a fiscalização da aplicação dos recursos públicos são bem mais aprimorados que aqueles existentes em 1989" e finaliza:

"O investimento necessário à criação de Carajás e Tapajós, como já visto, é mínimo quando comparado à totalidade do Orçamento Geral da União ou mesmo quanto às Transferências Federais aos Estados e Municípios. A exemplo de Mato Grosso do Sul e Tocantins, a União deverá efetuar estes investimentos durante 10 anos. A conta realmente fica com todos. Este é o espírito da federação! Caso contrário não seríamos um Brasil, mas vários países, a exemplo das ex-colônias espanholas nas Américas. (ARAÚJO, 2011)

Na chamada *grande imprensa*, como já mencionado, têm prevalecido posturas contrárias aos novos estados. Os veículos mais tradicionais, no eixo Sudeste-Brasília, recorreram a argumentos técnicos, especialmente de ordem econômica, mostrando os altos custos da

empreitada, como a instalação de estrutura administrativa, câmara legislativa, milhares de funcionários, etc., não deixando de lembrar também o provável oportunismo de *caciques* políticos diretamente interessados. Em diversas oportunidades, foi destacada a "inviabilidade econômica" dos novos estados apontada por estudo do IPEA (BOUERI, 2008). E a matéria publicada em O Estado de São Paulo, em 12/05/2011, mudou ligeiramente o foco. Sob a manchete "Políticos que defendem novos Estados enfrentam ações", destacou o montante de processos existentes desde 2009 no Supremo Tribunal Federal, apurando crimes de responsabilidade contra Lira Maia, da época em que era prefeito de Santarém.

Provavelmente em função das características que denotam certa improvisação na montagem das propostas, como o aparente esquecimento de municípios na listagem dos componentes da nova unidade (fato destacado por Boueri em suas análises), nem sempre as matérias dos chamados grandes jornais ou das TVs majoritárias têm dedicado espaço suficiente para um adequado tratamento da complexidade do tema. As editorias tenderiam a classificá-las na vala comum das matérias legislativas anedóticas ou folclóricas, limitando-se a noticiá-las sem maiores detalhes.

Exceções parecem ter sido os jornais *Último Segundo* (Grupo IG) e *Valor Econômico*. No primeiro, a matéria postada de Brasília, por Naiara Leão, em 15/05/2011, enumera e faz breve comentário sobre cada uma das 15 propostas de novos estados e territórios, inclui um mapa bastante claro e informa ainda que "desde 1988, já passaram pelo Congresso 92 projetos similares".

No segundo, em edição de maio de 2001, foi apresentado um rápido artigo do economista Fabio Giambiagi, também disponibilizado no *site* do BNDES. O autor revela preocupação ante as desproporções que se mostram ao comparar população e representação política dos estados no Senado Federal:

"Os moradores do Sul e Sudeste do país, com mais de 60% do eleitorado, aceitam ter uma representação de apenas 26% dos Senadores como forma de conservar o amálgama que conserva unidas as diferentes regiões do nosso Brasil. Se aqueles projetos passarem, porém, [...] chegaríamos ao absurdo de ter as áreas do Centro-Oeste e Norte do país, com 13% do eleitorado, terem 50% dos Senadores do país." (GIAMBIAGI, 2001)

Ao final, Giambiagi resume:

"Conservar o equilíbrio federativo é uma arte na qual o Brasil, apesar dos seus problemas, até agora, tem dado mostras de sabedoria. [...] Cabe torcer para que essa sabedoria se conserve e que o necessário apoio às regiões mais pobres do país não se dê às custas de incentivar o fantasma secessionista." (GIAMBIAGI, 2001)

## Discursos parlamentares

Na arena do debate propriamente, ou seja, no Congresso Nacional, pronunciaram-se muitos discursos e comunicações, favoráveis ou não à causa dos tapajoenses e carajaenses. A coleta mais sistemática desse material, no entanto, foi considerada desnecessária em função dos propósitos deste texto, optando-se por registrar alguns casos exemplares. Em rápida pesquisa, observou-se que a maioria dos discursos são favoráveis à causa emancipacionista, repetindo os argumentos que associam ausência de governo e impossibilidade de desenvolvimento local.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor do projeto “propondo a criação do estado do Tapajós”, o qual “já está na Câmara dos Deputados há vários anos e lá não o deixam aprovar” fez um pronunciamento em 01/12/2009, objetivando “fazer um relato do 1º Encontro de Maçons e Damas do Sul e Sudeste do Pará, ocorrido na cidade de Marabá”, onde fez “a palestra de abertura do encontro, cujo tema era 'Amazônia, Mitos e Verdades’”.

O argumento principal do discurso é o desenvolvimento da região amazônica, cerceado pela inadequada estrutura territorial, que resulta na “pouca presença” governamental. Tal situação seria mantida pelos “estados poderosos do Brasil”, em consonância com os países mais ricos do mundo - presentes na Amazônia através das ONG - os quais pretendem preservar as riquezas locais para delas se apropriar no futuro.

“Nós não temos um diagnóstico sobre a Amazônia feito por amazônidas; temos um diagnóstico sobre Amazônia feito por amazonófilos que vivem em São Paulo, lá na avenida Paulista; no Rio, em Ipanema. E o que é pior: por pessoas lá da Europa, França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Canadá que querem dar a receita do que deve ser feito na Amazônia, ou melhor, eles sempre dão a receita do que não deve ser feito.”

“Vamos ver o exemplo de Rondônia: foi tirado um pedaço do Amazonas e um pedaço de Mato Grosso e se criou um Estado que hoje é pujante, tem dois milhões de habitantes e um PIB importante, exatamente naquela que era uma região abandonada [...]”

“Isso não interessa aos grandes Estados do Brasil, porque têm a visão atrasada de que o Brasil não deve se desenvolver por igual. [...] Então, a redivisão territorial é vista por esses Estados grandes como uma ameaça ao poder político.”

“Então a redivisão territorial significa multiplicação, porque, na mesma área que tem o Estado do Pará, se houver a criação do Estado do Tapajós e do Estado de Carajás, nós vamos ter, na mesma área e com a mesma população, três Governadores, nove Senadores e, pelo menos, 24 Deputados Federais”.

“Hoje, o Estado de São Paulo, sozinho, tem mais deputado do que toda a Região Norte”.

“O governo brasileiro não liga para a Amazônia, porque nós somos 25 milhões de habitantes. [...] Mas vamos traduzir isso em número de eleitores: 11 milhões de eleitores, sendo que São Paulo sozinho tem muito mais, tem o dobro.”

“Está aqui o Deputado Federal Giovanni, autor de um dos projetos que propõe - é preciso esclarecer, ele não propõe a criação do Estado, mas propõe a convocação de um plebiscito para a população dizer se quer ou não a criação do Estado [Carajás]. Mas nem isso o Governo deixa aprovar.”

“Aliás, principalmente os intelectuais deste país gostam tanto de copiar os Estados Unidos, por que não copiam a geografia dos Estados Unidos? Olhem o mapa dos Estados Unidos. Vejam como estão desenhados os Estados dos Estados Unidos. Em reta. Colocaram na prancheta o mapa e dividiram com régua e esquadros. Não se preocuparam nem com limites de rios, montanhas, acidentes geográficos. Dividiram o país para desenvolver o país, e não como temos aqui: Estados imensos, que não se desenvolvem.” (MOZARILDO, 2009)

Em aparte, o Senador Augusto Botelho (Bloco/PT-RR), manifestou apoio à exposição, ressaltando a questão do desenvolvimento local ante as preocupações ambientais: “E nós ficamos nessa lenga-lenga aqui de querer transformar a Amazônia em um museu, em um santuário, em que não se pode fazer nada e botar para fora as pessoas de lá.”

Os discursos do Deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), colega de causa do Senador Cavalcanti, recorrem a argumentos semelhantes, como se vê nos trechos que se seguem, do pronunciamento feito em 18/11/2010.

“Votamos ontem, na Comissão de Finanças e Tributação, parecer do Deputado João Dado, do Estado de São Paulo, favorável à aprovação do projeto de decreto legislativo que propõe a realização de plebiscito sobre a criação do Estado do Carajás. Um Deputado do Pará manifestou-se contra e tentou

de todas as formas obstruir a votação da matéria, de tamanha importância. Aliás, ele é o único, dos 17 Deputados do Estado, veementemente contra o plebiscito, que consiste na consulta direta ao povo, prevista pela Constituição, como forma de praticarmos a democracia na solução de problemas que dizem respeito, única e exclusivamente, à população daquela região.”

“Mato Grosso do Sul - criado numa parte do Estado de Mato Grosso - e o próprio Mato Grosso, Estado-mãe, passaram por um extraordinário processo de desenvolvimento, muito acima do seu PIB. A média, nos últimos 33 anos de sua criação, é superior à média nacional, em termos de crescimento do Produto Interno Bruto.”

“Mais recentemente criamos o Estado do Tocantins [...] que era antes o corredor da miséria goiana. Era uma terra inóspita. Passaram-se 22 anos. O crescimento do Produto Interno Bruto de Goiás e Tocantins, somados como se fossem um único Estado, é duas vezes e meia maior que o crescimento do PIB nacional nesse período. Repito: duas vezes e meia. Como disse, é um laboratório a céu aberto, à disposição de quem quer que seja, para poder identificar o custo-benefício dos investimentos promovidos pelo Governo Federal.”

“Podemos perceber que a criação e o desmembramento de Estados favorecem o desenvolvimento do País e vêm ao encontro do interesse nacional, que é a diminuição das desigualdades regionais, para podermos atender a todos os brasileiros de forma mais equânime e diminuir as migrações naturais em busca de grandes centros.”

“Tenho dito que o Pará, com tamanha dimensão territorial, é ingovernável. Não há um bom governador que dê conta de administrar um Estado com 1 milhão e 248 mil quilômetros quadrados. É 60 vezes maior que o Estado de Sergipe e 40 vezes maior que o Estado de Alagoas.”

“Não queremos retalhar o Estado do Pará ou apartar seu território, mas apenas acrescentar ao que já existe. Há um governante, mas queremos mais dois: um no oeste do Pará, no Tapajós; outro no sul e no sudeste, no Carajás. Esses Estados poderiam se chamar Pará do Sul e Pará do Oeste, mas, apenas para identificação regional, foi mais fácil usar os nomes de Carajás e Tapajós.” (QUEIROZ, 2010)

Manifestando pronta solidariedade, o Deputado Cleber Verde (PRB-MA) lembrou que o município de Alto Alegre do Pindaré (MA) “há 16 anos era apenas um povoado, mas hoje é um grande Município, cuja infraestrutura permite à sua população ter melhor qualidade de vida”. Lembra que vai “lutar para criar o Maranhão do Sul”, e, parabenizando o colega, não deixa de insistir na causa municipalista:

“Juntos vamos travar esse bom combate, na perspectiva de fortalecer o Pará, que [...] por ser um Estado de grande dimensão territorial, precisa ter uma unidade administrativa na região do Carajás, que é rica, mas, por estar distante da unidade de gestão do Governo, muitas vezes deixa de ser beneficiada. [...] Lutas como a que V.Exa. trava [...] enriquecem o Parlamento e nos permitem mostrar à União a importância da criação dos Estados do Tapajós e Carajás. É preciso que a PEC que

vai permitir a criação de novos Municípios saia do papel e que o Governo se sensibilize, permitindo que ela avance. [...] Entendo que o Pará precisa, de fato, da descentralização e da criação de novos Municípios.” (VERDE, 2010)

Retomando a palavra, e enaltecendo o caráter combativo do colega, “homem da Amazônia e do Nordeste ao mesmo tempo”, Queiroz toma o direcionamento temático sugerido:

“Solidarizo-me com a preocupação que V.Exa. manifesta. Há 14 anos não se cria um só Município no Brasil, em virtude de uma leitura equivocada. A Emenda Constitucional nº 15, que alterou o § 4º do art. 18 da Constituição Federal, impõe condições que jamais serão atendidas. Primeiramente, tem que haver uma lei complementar federal; no entanto, as duas já feitas foram vetadas pelo Presidente. Em segundo lugar, ela estabelece que o plebiscito tem de abranger toda a população; mas, nesse caso, em certos Municípios é impossível fazer com que 50% das pessoas cheguem às urnas. Portanto, já fica inviabilizado também.”

“Temos de modificar urgentemente o § 4º do art. 18 da Constituição, senão vão se passar mais seis anos e só teremos eleição para Prefeitos, nos grandes povoados, em 2016, o que poderia ocorrer em 2012. Temos de acelerar o processo de construção deste País. Até hoje não se conseguiu votar a lei complementar federal imposta pela Emenda Constitucional nº 15, para disciplinar as condições da geopolítica do País. É uma vergonha.”

“Temos de delegar aos Estados a condição de pensarem em sua organização geopolítica. Para se criar um Município, o Congresso Nacional não pode impor ao Estado do Amazonas as mesmas condições dos Estados de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. É um equívoco. O Brasil é um país com dimensões continentais - todo mundo repete isso a cada dia -, mas faz legislações como se um só Estado estivesse legislando para todos os demais. Está aí o atraso em que vivemos.”

“Quero ver se alguém pode dar o testemunho de um único Município que não esteja em condições muito melhores do que quando era apenas um povoado. Ao se transformar em Município, a maior autoridade deixa de ser apenas o soldado para ser o Prefeito, o Vereador, a fim de que a sociedade esteja bem representada e possa avançar na busca de mais recursos.”

“Eu sou emancipacionista. Fui Prefeito de Conceição do Araguaia quando o Município era maior do que os Estados de Sergipe e Alagoas. Entreguei a Prefeitura a quatro Prefeitos num dia só. Se houve mais algum no Brasil, não sei. Eu entreguei quatro faixas de Prefeito num dia só: para os de Conceição - Município sede, mãe -, Redenção, Rio Maria e Xinguara. Eleito Deputado Estadual, criei mais oito. Fui autor de projeto de criação de mais oito Municípios. Quero dizer aos senhores que foi o que fiz de mais certo, dando independência àqueles povoados pujantes, que se transformaram em grandes cidades, em grandes centros de desenvolvimento e me orgulham.” (QUEIROZ, 2010)

Como se referiu, parecem ser em menor número os pronunciamentos contrários à causa emancipacionista. Entre os consultados, destaca-se aqui o do Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA), de 15/04/2010. Repetindo o apelo de outros discursos por maior atenção técnica

à questão da divisão territorial, e frisando que é “votado na região do Tapajós”, nesta oportunidade propõe uma reflexão certamente não usual na casa, questionando a importância dos cargos parlamentares.

“Tocantins era uma área verdadeiramente pobre no Estado de Goiás, mas sem impedimentos e restrições ambientais. Por isso, o Tocantins se desenvolveu com o agronegócio, com a pecuária, que se expandiu. Tenho, com referência ao Tapajós, uma avaliação diferente do Carajás. [...] A região do Tapajós, com apenas 10% do PIB paraense, com dificuldades e restrições severas, terá condições de bancar uma estrutura e uma máquina administrativa e ainda conseguir qualidade de vida, com saneamento, saúde, segurança, transporte e educação para o povo? Tenho dúvidas. Não tenho certeza, e a certeza para um Congresso inteligente é o estudo científico, é a pesquisa, é a ciência.”

“Por isso, estou apelando aos colegas para que antes do plebiscito tenhamos o estudo científico dos impactos econômicos, financeiros, tributários e ambientais da criação do Estado do Tapajós. Ademais, algumas discussões aqui levantadas para mim são simpáticas. Aumentaria a bancada da Região Norte. Haveria maior quantidade de Deputados Federais, certamente subtraídos de outras regiões. Isso, para nós, é simpático. Mas pergunto: será que apenas a quantidade de Deputados haverá de mudar a qualidade de vida daquela gente?”

“Aliás, quem diz que não tem nenhum estudo não sou eu, são o IPEA e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, através do Governo do Estado. São organismos que têm refletido sobre essa questão. [...] Um bilhão e meio para a implantação de um Estado. Será que nós, que agora estamos discutindo 7% [...] de aumento para o aposentado, temos condições de gastar com máquina burocrática e administrativa? [...] Quero a responsabilidade histórica da Câmara, a responsabilidade com o pacto federativo. Saber se é bom ou ruim sem um estudo sequer?” (COUTINHO, 2010)

Observe-se que a questão territorial aqui tratada prioritariamente - a de nível estadual - frequentemente traz para a discussão as questões territoriais de nível municipal, o que mostra a proximidade temática existente entre Estados e Municípios, como, aliás, se observou nas manifestações individuais reunidas em *Reações dos leitores*.

Note-se também que os embates *oficiais* não esmoreceram mesmo após a aprovação do plebiscito para Carajás e Tapajós, assim como a cobertura da imprensa. O noticiário de 19/05/2011 informou que o "Senado estabelece plebiscito para todo o Estado", conforme postado em *O Liberal*. O texto, assinado por Thiago Vilarins, detalha que "por unanimidade, o colegiado da Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que acaba com a dúvida existente quanto à interpretação da Constituição Federal sobre o tema".

O Diário do Pará, por sua vez, dedicou extensa matéria sobre a notícia na mesma data, com o título "Senador quer que todo Pará opine". O texto explica que "a intenção da medida - segundo ressaltou o relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), em voto favorável à proposta - é eliminar qualquer dúvida sobre os brasileiros que deveriam necessariamente ser ouvidos em um plebiscito do gênero", e que havia outra PEC em tramitação, "de autoria do senador Cristóvam Buarque (PDT-DF), que propunha a redefinição da abrangência desse tipo de consulta popular. No entanto, o relator decidiu recomendar a rejeição desta segunda proposta por discordar da sugestão de se realizar um plebiscito nacional sobre a criação, incorporação, subdivisão ou desmembramento de qualquer Estado."

Adiante, a matéria relembra o episódio ocorrido alguns dias antes, informando que "um mandado de segurança com pedido de liminar impetrado pelo deputado estadual [PR-PA] Celso Sabino de Oliveira chegou ontem à Suprema Corte", o qual "pede que seja suspensa a tramitação dos Decretos Legislativos nº 731/00 e nº 2300/09, enquanto não for realizado o estudo técnico necessário para auxiliar a população no voto a ser proferido no plebiscito que os referidos decretos visam convocar." No texto de 13/05/2011, noticiando o ingresso "com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Câmara Federal", o Diário incluiu ainda outros questionamentos de Sabino, como "o real interesse dos dois parlamentares que propuseram os projetos para elaboração do plebiscito". A autoria do PDC 2300/09 é do senador Leomar Quintanilha, do PMDB de Tocantins, e o PDC731/00 do senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima, e este fato levantaria dúvidas sobre "a legitimidade de parlamentares que não vivem a realidade paraense desejarem a divisão do Estado", já que "o Senado Federal é composto por representantes dos Estados federados".

Este episódio pode ser interpretado como um típico caso de protelação, recurso utilizado nos debates parlamentares com o intuito de se ganhar tempo. Tendo partido da Assembleia Legislativa de Belém, sugere que estaria havendo reação por parte das instâncias oficiais de poder da sociedade paraense, certamente preocupada com a possibilidade de perder significativas parcelas de seu imenso território.

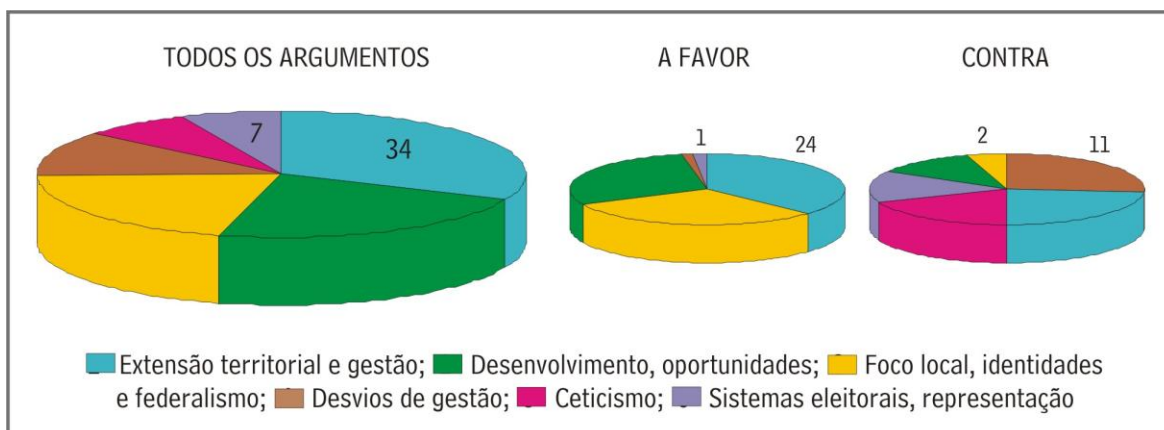
## A equação territorial

Um balanço das manifestações expostas nos sub-itens anteriores, e seus muitos argumentos, traduz a abrangência da questão territorial. Mover, adequar, alterar delimitações, diminuir, suprimir, fundir ou criar novas unidades territoriais impactam diversos aspectos da vida individual e da sociedade.

Mais do que apoiar ou combater a criação dos estados de Carajás e Tapajós, muitas citações exprimem desconforto, esperança, disposição para mudanças, incerteza, preconceitos, equilíbrio. Sentimentos e percepções cuja avaliação requer técnicas mais apuradas, e seriam de grande valia para sociólogos, antropólogos, psicólogos, cientistas políticos, entre outras categorias profissionais mais focadas nos aspectos sociais ou comportamentais.

A análise apresentada até aqui revela que a questão dos novos estados mexe com as pessoas e organizações, a ponto de se ter instaurado um debate de âmbito generalizado e abrangência nacional, mesmo desprovido de quaisquer formas de organização ou mediação. Essa repercussão reacende a cada etapa noticiada dos processos de emancipação. A aprovação dos plebiscitos para Carajás e Tapajós, no início de maio de 2011, foi um desses momentos. Não se pesquisou o volume nem o exato conteúdo dos debates ocorridos no âmbito do Congresso Nacional ao longo da tramitação das matérias. Mas seria razoável supor que, em vista da riqueza temática, esse debate informal que se espalhou pela sociedade, do qual se registrou aqui uma amostra, teria o mérito de equiparar-se em qualidade ao conjunto dos pronunciamentos parlamentares, podendo até superá-lo. Vale perceber, contudo, que a soma das manifestações, intra e extra-Congresso, configura um real debate.

O adequado tratamento e quantificação desses temas, favoráveis e contrários, requer procedimentos e técnicas incompatíveis com os propósitos desta pesquisa. Porém, a simples organização dos argumentos citados em grandes temas (Figura 8) permite uma visão geral dos desdobramentos que a questão territorial comporta.



**Figura 8** - Argumentos utilizados nas manifestações colhidas na pesquisa e reunidas em *Reações de leitores* e em *Opiniões profissionais e corporativas* agrupados em grandes temas. Os valores referem-se aos argumentos citados, inclusive quando repetidos, e os segmentos gráficos são valores percentuais. (elaboração do autor)

Os agrupamentos temáticos da Figura 8 assim se desdobram: *extensão territorial e gestão* - pequenos são mais adequados, maior proximidade do governo, carência de serviços, deve-se dividir PA e outros, deve-se fundir estados, má distribuição da arrecadação, etc.; *desenvolvimento, oportunidades* - investimento e crescimento, exemplos de TO/MS e outros, empreendedorismo, acredito, etc.; *foco local, identidades e federalismo* - ser brasileiro, importância do conhecimento local, identidade regional, questão amazônica, etc.; *desvios de gestão* - cargos, corrupção, oportunismo, gastos sem controle, etc.; *ceticismo*: totalmente contra, nada mudará, não compensa, etc.; *sistemas eleitorais, representação* - mais senadores, sobre-representação dos Estados pequenos, voto consciente, etc.

No conjunto do debate extra-Congresso aqui exposto, portanto, os termos da equação territorial parecem suficientemente colocados:

- 1 - O mais adequado dimensionamento geográfico, com o qual, certamente, virá a desejável eficácia da gestão pública, concretizada inclusive na presença física da máquina governamental;
- 2 - Mais oportunidades e melhores condições de crescimento e desenvolvimento;
- 3 - A melhor e mais ética utilização dos recursos arrecadados, resultando também em maior economia;

4 - Reconhecimento e respeito às especificidades locais, que levam também a políticas públicas mais focadas, e

5 - A mais justa participação de cada estado na repartição do poder em Brasília e na divisão das verbas federais.

No entanto, entre os termos da equação acima deduzida a variável que se reporta ao conjunto da Federação aparece em quinto lugar. Na prática legislativa atual, contudo, a preocupação com o todo nacional nem parece fazer parte dos projetos apresentados mais recentemente visando a criação de novos estados ou territórios federais - seriam concebidos e são apresentados isoladamente, focando apenas a região interessada.

Esta percepção, como se demonstra no capítulo seguinte, é compartilhada por muitos autores, que alertam para a necessidade de considerar a questão territorial em todas as suas implicações, especialmente a matemática orçamentária, o equilíbrio federativo e a representação congressional. Haveria que se tratar a emancipação de Carajás e Tapajós, assim como os demais projetos de criação de novos estados, como um projeto nacional, de tal forma que os conflitos deles resultantes sejam melhor assimilados pelo conjunto da Federação, assim como a crise representada por tantas demandas emancipacionistas seja, de fato, transformada em oportunidade de crescimento e aprimoramento institucional.